

Informação

[Projeto de resolução n.º 1022/XIV/2.ª](#)

[\(PAN\)](#) - Recomenda ao Governo que proteja o Barco Rabelo e o Património Naval do Douro

[Projeto de resolução n.º 1284/XIV/2.ª](#)

[\(PCP\)](#) - Recomenda a salvaguarda do barco rabelo e do património naval do Rio Douro

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º, n.º 1, do RAR, na reunião da Comissão de 21/05/2021

1. A Deputada Bebiana Cunha (PAN) tomou a iniciativa de apresentar o [Projeto de resolução n.º 1022/XIV/2.ª \(PAN\)](#) - *Recomenda ao Governo que proteja o Barco Rabelo e o Património Naval do Douro* - ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
2. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 1 de março de 2021, tendo sido admitida e baixado à Comissão de Cultura e Comunicação no dia 2 do mesmo mês
3. O Grupo Parlamentar do PCP tomou a iniciativa de apresentar o [Projeto de resolução n.º 1284/XIV/2.ª \(PCP\)](#) - *Recomenda a salvaguarda do barco rabelo e do património naval do Rio Douro* -, ao abrigo do disposto na alínea *b*) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).
4. A iniciativa deu entrada na Assembleia da República em 20 de maio de 2021, tendo sido admitida e baixado à Comissão de Cultura e Comunicação no dia 20 do mesmo mês.
5. A discussão das iniciativas ocorreu na reunião da Comissão de Cultura e Comunicação do dia 21 de maio de 2021.
6. A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) apresentou a iniciativa, referindo que a empresa Socrenaval prosseguiu a atividade de construção e reparação naval ao longo de pelo menos quatro gerações, em mais de um século, construindo artesanalmente barcos rabelos e, há cerca de setenta anos que usufrui do atual espaço onde tem instalado o estaleiro.
7. A atividade da Socrenaval tem sido ensinada de geração para geração, focada na construção e reparação de embarcações tradicionais do Rio Douro, em madeira, nomeadamente de barcos rabelos, e preservando as artes de carpinteiro naval e de

- calafate, que devem ser preservadas por se tratar de património naval diferenciador, único e cultural.
8. Recentemente a Administração do Porto do Douro, Leixões e Viana do Castelo veio a público denunciar a ilegalidade da permanência da Socrenaval naquele espaço e exigir que abandone esse local. O Presidente do Conselho de Administração da APDL afirma que não conseguiram chegar a um acordo para regularização de dívidas da Socrenaval que, desde 2015, ocupa o espaço sem título de utilização, na perspetiva da APDL.
 9. No entanto, o sócio-gerente da firma Socrenaval garante ter uma licença válida para uso do domínio público fluvial, sustentada numa decisão judicial, assim como tem procedido ao pagamento da licença todos os semestres (a última vez já no início deste ano), depositando o dinheiro numa conta aberta na CGD a favor da APDL à ordem do tribunal.
 10. Assim, recomenda-se ao Governo que, em articulação com a Administração dos Portos do Douro Leixões e Viana do Castelo, garanta a proteção e preservação do património naval diferenciador, único e cultural que este estaleiro representa, onde se inclui o barco rabelo, assim como as técnicas centenárias de carpintaria naval e de calafate.
 11. A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que os barcos rabelos são embarcações que formavam a paisagem fluvial do Douro, devido às suas características únicas, nomeadamente, não terem quilha e serem de fundo chato pelo facto de o Douro ser um rio de montanha.
 12. Ora, o estaleiro de Vila Nova de Gaia que é o único sobrevivente dos 13 estaleiros que existiam entre a Ponte Luiz I e a zona da Afurada no século XIX e é, atualmente, o único estaleiro do país a dedicar-se à construção de barcos rabelos vive dias de sobressalto.
 13. A Socrenaval (Sociedade de Querenagem e Construção Naval do Rio Douro) tem um papel importante na preservação do património marítimo regional e do património naval fluvial do Rio Douro, mantendo o seu o estaleiro no mesmo local

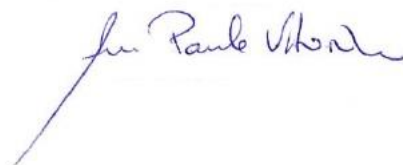
desde 1952. Todas as atuais embarcações de transporte de passageiros de cariz tradicional foram construídas neste estaleiro nas últimas duas décadas.

14. No entanto, a APDL (Administração dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo) tem pressionado a Socrenaval a sair das atuais instalações, na Ribeira de Gaia. Recorde-se que, há pouco mais de 20 anos, a APDL notificou os responsáveis de que a estrutura teria de ser desmantelada por, supostamente, ser incompatível com as obras projetadas para o local, ao abrigo da Gaiapolis. No entanto, foi possível realizar a obra projetada e manter a atividade do estaleiro.
15. Já este ano, surge nova ameaça à manutenção do estaleiro. Em 27 de fevereiro, a empresa recebe uma comunicação da APDL com vista à cessação da atividade e ao desmantelamento do estaleiro, com a conseqüente remoção das embarcações, independentemente do seu estado e condições de navegabilidade, num prazo de 15 dias.
16. O insólito da situação reside na previsão de construção de uma rampa de acesso a anfíbios exatamente na localização onde se encontra a laborar o estaleiro da Socrenaval e da existência de uma proposta para acabar com este estaleiro e criar um monumento para assinalar a memória de existência de um estaleiro de construção naval que se dedicava a este tipo de atividade no local.
17. O Grupo Parlamentar do PCP defende que devem ser tomadas medidas que assegurem a salvaguarda dos barcos rabelos e do património naval do Rio Douro, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão - essencialmente pela educação formal e não formal – e revitalização dos diversos aspetos deste património.
18. Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PCP recomenda ao Governo que tome as medidas que assegurem a salvaguarda dos barcos rabelos e do património naval do Rio Douro, incluindo a identificação, documentação, investigação, preservação, proteção, promoção, valorização, transmissão e revitalização dos diversos aspetos deste património, envolvendo nesse processo a Administração dos Portos do Douro Leixões e Viana do Castelo.

19. O Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo (PS) disse que o seu Grupo Parlamentar não acompanha as iniciativas apresentadas que estão envoltas em muitos equívocos e que a Assembleia da República não se deve envolver em processos judiciais em curso.
20. O Senhor Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) disse que o Grupo Parlamentar do PSD se revê integralmente na intervenção do Senhor Deputado Eduardo Barroco de Melo. Reportou-se ao diferendo judicial existente, aos tribunais, à existência de dívidas e a muitos outros problemas existentes em torno de todo este problema.
21. A Senhora Deputada Alexandra Vieira (BE) salientou a necessidade da preservação da construção do barco rabelo, importando preservar o último estaleiro que faz a construção deste tipo de barcos, acompanhando o Grupo Parlamentar do BE as iniciativas apresentadas.
22. Realizada a discussão, cuja gravação áudio se encontra disponível nos projetos de resolução referidos, remete-se esta Informação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, para agendamento da votação da iniciativa na sessão plenária, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, em 21 de maio de 2021

A PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Ana Paula Vitorino)